

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP**

2004

**José Roberto Rodrigues Afonso*
Erika Amorim Araujo****

**CADERNO DE
PESQUISA
Nº 55**



* Economista. Mestre pela UFRJ. Ex Superintendente da Área Fiscal e de Emprego do BNDES. Assessor técnico da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados. E-mail: ze.afonso@terra.com.br. Site pessoal: www.joserobertoafonso.ecn.br

** Economista. Mestre pela UNICAMP. Consultora técnica, do BNDES, CEPAL e BID, dentre outros. E-mail: erikaaraujo@globo.com

Os cadernos de Pesquisa do NEPP, escritos pelos professores, estudantes de pós-graduação e outros membros associados, aparecerão intermitentemente. Alguns serão comunicações de pesquisa preliminarmente em andamento, ou exploração de idéias teóricas, e a sua publicação visa a estimular discussão e gerar críticas úteis. Como resultados de tais discussões e críticas, é provável que apareçam publicações de versões mais elaboradas em outra parte.

Após a estabilização da economia brasileira – proporcionada pelo Plano Real em 1994 – foi observada apreciável elevação da arrecadação tributária no país medida em proporção do PIB (produto interno bruto) – isto é, da carga tributária nacional (ver Box I para conceito de carga tributária).

Isso significa que desde a segunda metade dos anos 90 uma parcela crescente do produto nacional tem sido apropriada pelo setor público através da cobrança de tributos.

A elevação recente da arrecadação é um fato relativamente conhecido, mas nem sempre está claro, por exemplo, qual é, efetivamente, a magnitude da carga tributária nacional. Menos ainda se sabe sobre o comportamento e composição da arrecadação de tributos ao longo do tempo.

Dentre outras razões, isso é explicado pela inexistência de uma metodologia oficial de cálculo. Distintos órgãos – públicos e privados – seguem critérios próprios de apuração da carga tributária e, por esta razão, os valores divulgados pelos mesmos apresentam pequenas diferenças entre si. Além disso, os prazos para divulgação dos resultados também são distintos e não há convergência quanto à abrangência do período de análise¹.

Atualmente, dentre os órgãos públicos que efetuam a apuração da carga tributária nacional encontram-se, principalmente, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a SRF (Secretaria da Receita Federal).

A série de carga tributária apresentada nesta nota foi construída a partir de trabalhos realizados no âmbito da extinta Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Os critérios de apuração obedecem à metodologia da contabilidade nacional (incluindo, também, contribuições previdenciárias), inicialmente apurada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e, depois, pelo IBGE².

1 Maiores detalhes acerca dos distintos critérios de apuração e valores da carga tributária estão disponíveis nos sites do: Banco Federativo (<http://www.federativo.bndes.gov.br>); TCU (<http://www.tcu.gov.br>); IBGE (<http://www.ibge.gov.br>); e da SRF (<http://www.receita.fazenda.gov.br>).

2 O detalhamento da metodologia de apuração da carga tributária utilizada pelo BNDES, bem como as fontes de dados e possíveis discrepâncias em relação à metodologia atualmente aplicada pelo IBGE, estão disponíveis em AFONSO et al. (1998).

BOX I - O que significa o conceito de carga tributária?

O conceito de carga tributária é equivalente à arrecadação de todos os tributos coletados no país em proporção ao PIB (produto interno bruto). Ou seja, dividindo-se tudo aquilo que o governo arrecada a título de tributos pelo valor nominal do PIB em determinado período chega-se a uma medida da parcela do produto interno que é apropriada pelo setor público através da cobrança de tributos.

O significado de um aumento de carga tributária (quando dois períodos distintos são comparados) é, portanto, de que a razão arrecadação tributária/PIB se elevou.

A carga tributária leva em consideração tanto o valor nominal da arrecadação quanto o valor nominal do PIB. Assim, uma das condições para que haja aumento de carga é que a arrecadação tributária cresça em proporção maior que o PIB, não importando os efeitos da inflação sobre a variação da arrecadação e do PIB.

Por exemplo, quando a economia atravessa um período onde o desempenho da atividade é considerado fraco é de se esperar que a carga tributária diminua, pois a retração da atividade tende a deprimir a arrecadação. No entanto, pode acontecer o oposto. Se o governo encontra caminhos para proteger a arrecadação dos efeitos recessivos, haverá aumento de carga tributária. Mesmo que o aumento nominal da arrecadação não seja muito grande haverá aumento de carga se a variação da receita for maior que a variação do produto.

Esta nota tem como objetivo fornecer insumos que possam contribuir à formulação de um diagnóstico preciso e atualizado do sistema tributário brasileiro³.

Para tanto, na primeira seção apresenta a evolução histórica da carga tributária global do Brasil, bem como de sua distribuição por principais bases de incidência e tributos.

A segunda seção analisa a evolução da carga tributária incidente sobre bens e serviços, procurando diferenciar entre os impostos sobre valor adicionado, as contribuições sociais e os impostos sobre transações específicas. Seu objetivo é demonstrar como a elevação recente da carga tributária global brasileira foi determinada, em grande parte, pelo crescimento das contribuições sociais, que até 2002, eram todas cobradas de forma cumulativa.

Finalmente, a última seção apresenta uma estimativa preliminar da carga tributária de 2004.

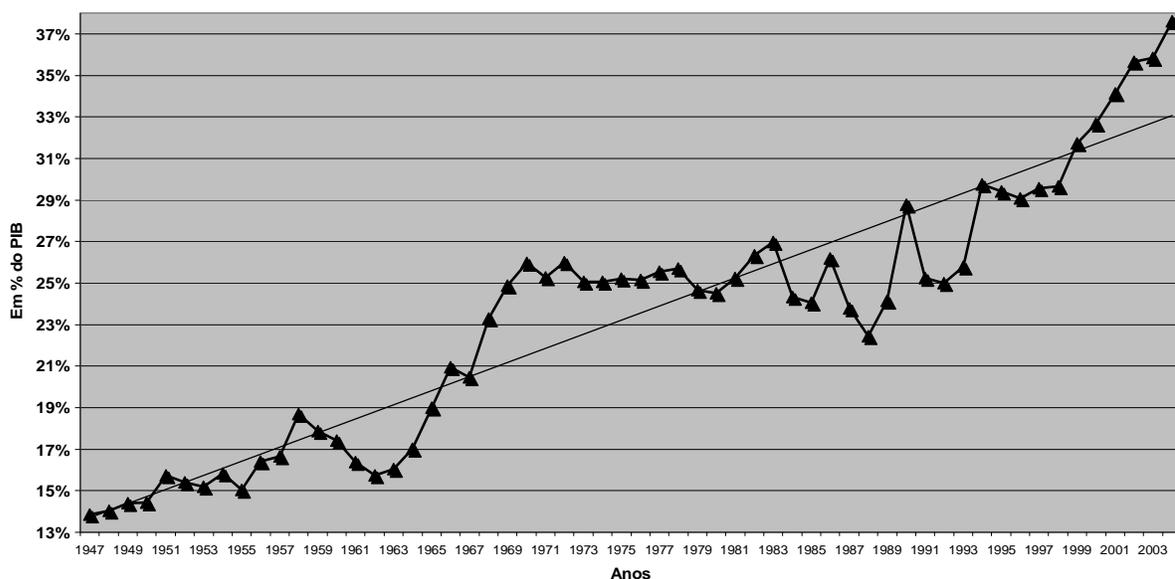
No anexo estatístico, além das tabelas mencionadas ao longo do texto, é apresentada a evolução histórica da divisão federativa da arrecadação tributária.

3 Esse capítulo corresponde a uma atualização dos trabalhos de VARSANO et al. (1998) e AFONSO et al. (1998) e ARAUJO (2001).

1. EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Desde 1947, quando teve início o registro sistemático das contas nacionais do país, a despeito de algumas quedas e de patamares que perduraram por longo tempo, a carga tributária brasileira tem mostrado uma tendência claramente ascendente.

Gráfico 1
CARGA TRIBUTARIA BRUTA GLOBAL NO PÓS-GUERRA: 1947 a 2004



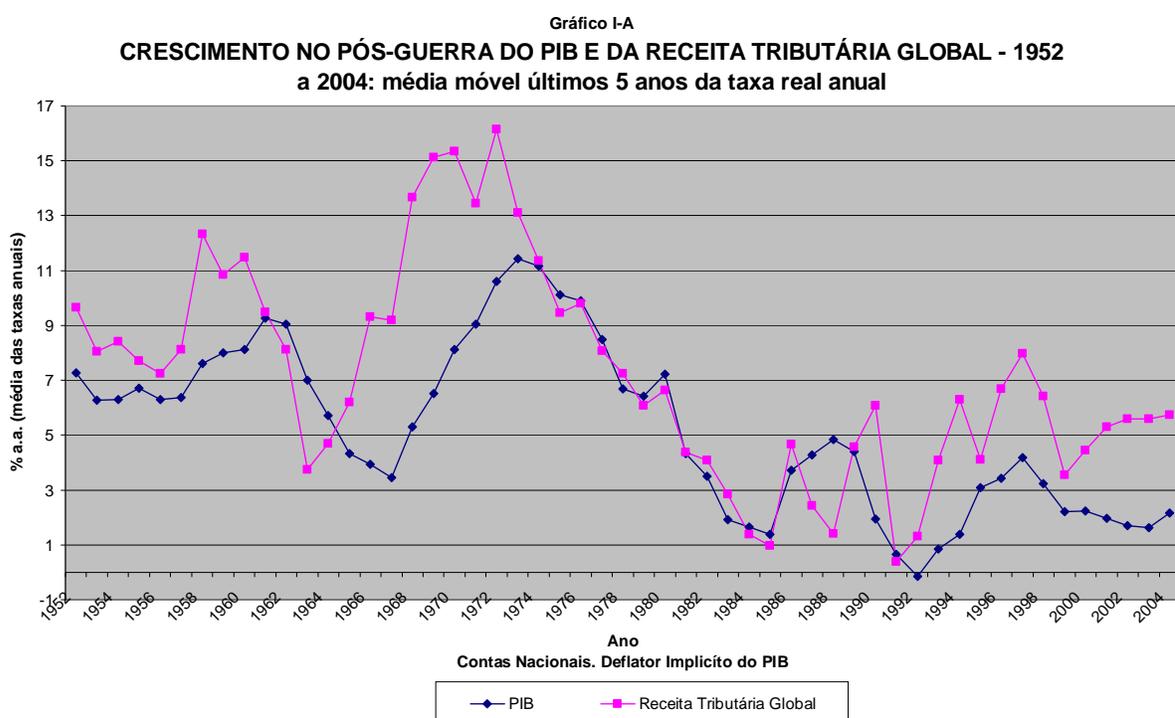
Fonte: Tabela A1 do anexo estatístico.

O crescimento é, de um modo geral, lento, mas em três ocasiões observou-se mudanças para patamares mais altos:

- 1ª) o sistema tributário desenhado na penúltima reforma tributária realizada no país – entre 1965/67 – elevou a carga tributária para o patamar de 25% do PIB (antes da reforma, a arrecadação não chegava a 20% do PIB). Esse patamar foi mantido, a despeito de algumas oscilações, até meados dos anos 90⁴;

4 As maiores oscilações para baixo em relação ao patamar de 25% do PIB ocorreram nos anos posteriores ao Plano Cruzado (1986), com o “fundo do poço” em 1988, último ano de vigência do sistema tributário anterior. Em 1990, a carga tributária atingiu um valor bem elevado em relação aos anos de 1969 até 1993 em decorrência de medidas extraordinárias do Plano Collor.

- 2ª) partir da segunda metade da década de 90, a estabilização da economia conseqüente ao Plano Real levou a carga tributária para um novo patamar – algo próximo a 30% do PIB. Até 1998, a arrecadação foi mantida, quase sem oscilações em torno dessa marca; e
- 3ª) após a crise cambial de 1999, foi iniciada uma nova escalada tributária. A arrecadação em proporção do produto bateu sucessivos recordes até atingir seu maior nível histórico em 2003: cerca de 35,8% do PIB (Gráfico 1 e Tabela A1 do anexo estatístico).



Fonte: Tabela A1 do anexo estatístico.

Vale ressaltar que, em razão do péssimo desempenho da economia em 2003, a expectativa natural seria de redução da carga tributária bruta em relação ao ano anterior. No entanto, o que foi observado foi o oposto: em porcentagem do PIB foram arrecadados 35,8% em 2003 contra 35,6% coletados em 2002, ou seja, a carga global estimada aumentou, ainda que pouco, em relação a 2002. O resultado foi surpreendente porque a arrecadação tributária no Brasil, conforme será demonstrado adiante, é fortemente relacionada com o desempenho do

produto uma vez que quase a metade dos tributos coletados no país incide sobre a produção e circulação de bens e serviços⁵.

Confrontando o aumento real do PIB e da receita tributária global no país (ambos, a preços constantes segundo o DI-PIB), e já computando o crescimento de 3,5% e a carga de 37,6% projetados para 2004 (resultados que pouco mudam para 2003), verificamos que no período pós-Constituinte (1988/2004) o incremento da carga tributária equivale a 79% do crescimento do PIB. No período pós-Real (1993/2004), a mesma proporção é de 75%. No período pós-crise cambial (1998/2004), a arrecadação cresce em valores absolutos 3% a mais do que o produto interno gerado nesses seis anos.

Analisa-se a seguir a evolução e composição da carga nos últimos 24 anos (1980/2003) onde os tributos são grupados por principais bases de incidência – comércio exterior, bens e serviços, patrimônio, renda e folha de salários (Tabelas A2 e A3 do anexo estatístico).

A distribuição da carga tributária por bases de incidência mostra-se desequilibrada, sendo exagerada a participação dos tributos sobre bens e serviços na arrecadação total.

Os tributos sobre bens e serviços apresentaram, em todos os anos da década de 80, participação entre 40 e 45% da receita total. A partir dos anos 90, pode-se dizer que a participação desses tributos rompeu a marca dos 45%, chegando em mais de um período a representar cerca da metade da arrecadação global.

A carga dos tributos sobre bens e serviços, que na década de 80 atingiu, em média, 10,4% do PIB, elevou-se nos anos posteriores, apresentando uma média de 14,2% do PIB. O crescimento, conforme será visto adiante, é explicado em grande parte pelo aumento da arrecadação das contribuições sociais, significando deterioração da qualidade da tributação, pois, vale lembrar que até 2002 todas as contribuições eram cobradas de modo cumulativo⁶.

5 Vale lembrar que o fraco desempenho da atividade econômica de 2003 se traduziu em um crescimento real negativo do PIB de 0,2%. Já em 2002, ano de forte desvalorização cambial e incertezas por conta das eleições presidenciais, o PIB cresceu 1,9% em relação a 2001.

6 Os tributos cumulativos ou em cascata são aqueles incidentes sobre o faturamento bruto ou a receita total das empresas, sem que haja compensação com o montante arrecadado nas etapas intermediárias do processo de produção e circulação de mercadorias. No grupo de tributos incidentes sobre bens e serviços, os ditos cumulativos são os mais danosos à economia, pois, dentre outras razões, a cobrança em cascata determina que a carga tributária incidente sobre dado produto depende do número de transações efetuadas até que o mesmo se encontre acabado. Em 2003 e 2004, respectivamente, foram postas em prática mudanças na sistemática de cobrança do PIS e da Cofins visando minimizar o efeito cascata.

Os tributos sobre a folha de salários⁷ representam a segunda principal fonte de arrecadação. Regra geral, sua carga mostrou-se relativamente estável ao longo de todo o período considerado, oscilando em torno de 6 e 7% do PIB (exceto em 1982, quando superou 7,5%, e em 1988, quando atingiu 5,3%)⁸. A participação desse grupamento de tributos na arrecadação total ficou próxima de 1/4 ao longo dos anos 80. Já a partir da década de 90 foi decrescendo até atingir menos de 20% em 2002 e 2003.

Os impostos sobre comércio exterior apresentaram participação relativamente estável ao longo de todo o período analisado, oscilando em torno de 2% da receita total. Trata-se de uma carga média de cerca de 0,5% do PIB, que é semelhante a de outros países.

Ao contrário dos tributos sobre o comércio exterior, salta aos olhos a baixa participação na arrecadação total da tributação sobre o patrimônio e, sobretudo, a renda.

Até 1994, a participação dos impostos sobre o patrimônio na receita total foi, em média, 1% (exceto em 1991, quando atingiu 2,1%). Apenas a partir de 1995 é que estes impostos passaram a responder por uma parcela um pouco maior da arrecadação, atingindo, em média, cerca de 3,0% da carga global.

O desempenho recente da arrecadação de tributos sobre o patrimônio deve-se à estabilização da economia, pois existe uma clara relação inversa da carga desse grupamento de tributos com o nível e a aceleração da inflação. A explicação é o fato de que as cobranças dos dois principais impostos dessa categoria – o IPTU e o IPVA – baseiam-se em avaliações antecipadas dos bens⁹. Apesar da utilização de unidades fiscais para correção monetária do imposto a ser pago, as atualizações subestimavam a inflação, tanto mais quanto maior a diferença entre os níveis de preços nas datas de lançamento e de pagamento do imposto.

7 Foram incluídas no cálculo apenas os principais tributos que oneram a folha de salários: as contribuições de empregados e empregados privados à previdência social e as contribuições ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

8 Até 1988, o PIS era contabilizado junto com o FGTS, o que torna necessário estimar a arrecadação de cada um dos tributos. É isto que explica as oscilações da arrecadação entre 1980 e 1988.

9 O mesmo ocorre com o ITR, mas a carga deste imposto foi quase nula em todo o período considerado.

A carga dos tributos sobre a renda apresentou uma significativa e contínua elevação entre 1980 e 1985, quando atingiu 5,1% do PIB e sua participação na receita total passou de cerca de 13% para 21%. Desde então e até 2001, a despeito do acréscimo da CSLL ao rol de tributos deste grupo a partir de 1989, a carga dos tributos sobre a renda, com raras exceções, mostrou-se relativamente estável em torno do patamar atingido em 1985.

Em 2002, houve uma súbita elevação da carga dos tributos incidentes sobre a renda, que atingiu 6,5% do PIB em razão da arrecadação extraordinária de imposto de renda. Em 2003, a carga deste grupamento de tributos se manteve no mesmo patamar de 2002 em razão de um fator que deve se reproduzir nos próximos anos – o aumento da CSLL sobre prestadores de serviços.

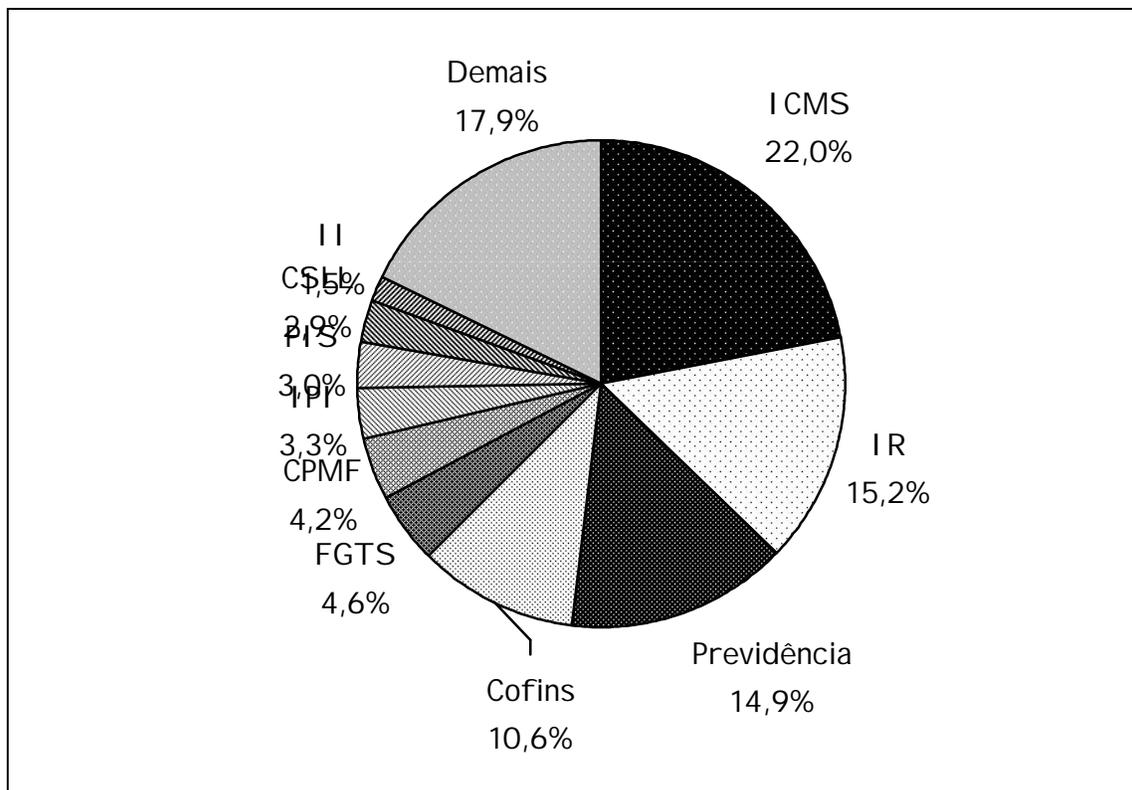
A baixa participação da tributação sobre a renda exprime uma preferência da União por impostos e contribuições que sejam de mais fácil arrecadação, como os que utilizam a movimentação bancária das empresas e pessoas físicas como base impositiva. Outro e talvez principal motivo para a preferência reside no fato de que sua receita não é partilhada com as unidades subnacionais.

A observação da distribuição da carga tributária brasileira por tributos revela que, a despeito do grande número de tributos existente no país, a arrecadação concentra-se em poucos deles. Em 2003, mais de um quinto da receita tributária foi proveniente de um único imposto, o ICMS. Os cinco principais – ICMS, IR, contribuição para a previdência social, Cofins e FGTS – foram responsáveis por quase 70% da arrecadação total (Gráfico II).

Entre os dez maiores tributos, o ICMS, a Cofins, o IPI, o PIS/Pasep e a CPMF foram classificados no grupo de tributos incidentes sobre bens e serviços; a contribuição para a previdência social e o FGTS no grupo folha de salários; o IR e a CSLL no grupo renda; o imposto de importação na base de incidência comércio exterior. Tais conjuntos de tributos representaram, respectivamente, 43,1%, 19,5%, 18,1% e 1,5% de uma carga global de aproximadamente 35,8% do PIB.

No grupo dos dez maiores tributos, chama à atenção a elevada participação das chamadas contribuições sociais – a Cofins, a CPMF, o PIS-Pasep – cuja arrecadação foi de cerca 6,4% do PIB e a participação na receita total foi da ordem de 18%.

Gráfico II
Distribuição da Carga Tributária por Principais Tributos: 2003
(Total = 35,8% do PIB)



Fonte: Tabelas A2 e A3 do anexo estatístico.

Dada a importância dos tributos sobre bens e serviços na carga tributária global, bem como a elevada participação das contribuições sociais nessa categoria de tributos, a seguir são feitas considerações que destacam os principais aspectos relativos aos gravames incidentes sobre o fluxo de receita gerado nas vendas de bens e serviços.

2. EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE AS VENDAS DE BENS E SERVIÇOS¹⁰

As estatísticas consideradas a seguir, tal como na primeira seção, tomam por base os conceitos e as fontes adotadas na contabilidade nacional¹¹. A série histórica tem como partida o ano de 1968 – primeiro ano a refletir a reforma tributária década de 60, quando foram criados os impostos sobre valor adicionado –, passa pelas alterações introduzidas pela Constituição de 1988 e vai até 2003.

Os principais tributos sobre vendas de bens e serviços são os mesmos considerados anteriormente: ICMS (antigo ICM), IPI, Cofins (ex-Finsocial), PIS–Pasep, CPMF, IOF, ISS, e, pré-1988, Impostos Únicos sobre combustíveis, energia elétrica, minerais, transportes e comunicações. O ICMS e o ISS são, respectivamente, de competência estadual e municipal; e os demais de competência federal.

Para facilitar a apresentação das estatísticas, os tributos foram divididos em três categorias de incidência: impostos sobre valor adicionado (englobando ICMS e IPI); contribuições sociais (Cofins, PIS-Pasep e CPMF) e impostos sobre transações específicas (IOF, ISS e Impostos Únicos).

Entre 1968 e 2003, a despeito de oscilações e mudanças de patamares, a carga tributária sobre vendas sempre foi relevante, o que explica sua elevada participação na arrecadação tributária total – quase ou um pouco mais da metade em praticamente todos os anos da série histórica (Tabela A4 e A5 do anexo estatístico).

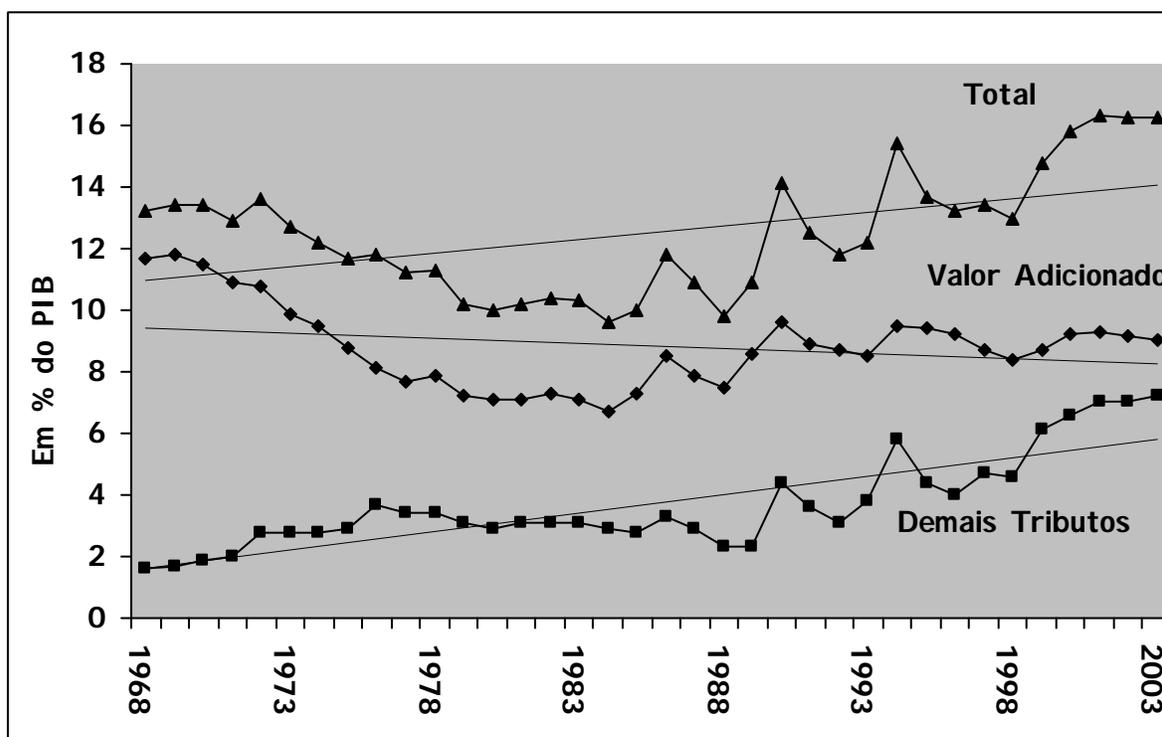
Quando carga tributária sobre bens e serviços é decomposta entre os impostos sobre valor adicionado e os demais tributos (contribuições sociais e impostos sobre transações específicas) observa-se um comportamento distinto da evolução da arrecadação dessas duas categorias de tributos. Enquanto a carga do ICMS mais a do IPI apresenta uma

10 Esta seção está baseada nos argumentos presentes em AFONSO e ARAUJO (2003), ARAUJO (2001), VARSANO et al. (2001) e AFONSO et al. (2000).

11 Quanto às fontes primárias de dados, a série de arrecadação dos tributos sobre vendas, até 1987, tomou por base informações disponibilizadas pelo Banco Central (Séries Históricas de Finanças Públicas), IBGE (Estatísticas Históricas do Brasil e Contas Nacionais) e FGV/IBRE/CEEG. A partir de 1988, as fontes são SRF, STN (Secretaria do Tesouro Nacional – Execução Orçamentária da União), e Secretarias Estaduais de Fazenda. Adverte-se que não existe uma única fonte primária de estatísticas para a mesma receita e, portanto, pode haver pequenas divergências entre a carga aqui adotada e a de outros trabalhos, porém, isto não deve alterar trajetórias históricas, objeto dessa seção.

tendência decrescente, a carga dos demais possui uma trajetória claramente ascendente (Gráfico III).

Gráfico III
Evolução da Arrecadação dos Principais Tributos sobre Bens e Serviços:
em % do PIB - 1968/2003



Fonte: Tabela A4 do anexo estatístico.

Especialmente nos últimos anos, foi marcante essa distinção, passando o comportamento da carga dos tributos sobre vendas a ser explicado, em boa parte, pelo acréscimo da arrecadação dos demais tributos. Estes tributos nunca foram tão importantes na carga sobre vendas como em 2003, quando atingiram pouco mais de 44% dos 16,3% do PIB arrecadados sobre esta base de incidência. Tal proporção era de apenas 24% e 12% em 1988 e 1968, quando foram arrecadados 9,8% do PIB e 13,2% do PIB, respectivamente (Tabelas A4 e A5 do anexo estatístico).

O desempenho recente da carga dos impostos sobre valor adicionado deve-se principalmente ao comportamento decrescente da arrecadação do IPI. A receita deste

imposto atingia quase 4,5% do PIB nos primeiros anos de sua vigência (final dos anos 60 e início da década de 70); em 1988, já havia caído pela metade, atingindo cerca de 2,2% do PIB. Nos anos posteriores até a primeira metade da década de 90, estabilizou-se em torno do patamar alcançado em 1988. Desde então, a carga do IPI vem decrescendo até atingir sua menor marca histórica em 2003: 1,2% do PIB (Tabela A5 do anexo estatístico).

No caso do ICMS, ainda que o mesmo continue sendo o maior imposto do país, há indícios de que seu potencial arrecadatário poderia ser bem maior se não fosse a falência de seu aparato institucional¹².

A carga do antigo ICM decresceu durante toda vigência do sistema anterior à Constituição de 1988 em função da redução de alíquotas e do nível de atividade e a concessão de incentivos, inclusive por parte do governo federal. A reforma de 1988 transformou o ICM no ICMS e ampliou muito sua base ao extinguir os Impostos Únicos. Sua carga, inicialmente, cresceu muito: entre 1988 e 1994, saltou de 5,3% para 7,3% do PIB. Depois, o colapso do aparato institucional, provocado pela autonomia invocada pelos próprios estados, culminou numa guerra fiscal desenfreada e conteve a carga do ICMS, que só voltou a crescer a partir de 1999. Não obstante tal crescimento, o fato é que cerca de 40% desta carga são gerados por combustíveis, energia elétrica e comunicações, bases que não existiam em 1968, quando o velho ICM gerava 7,3% do produto interno (ver Tabela A5 do anexo estatístico para a evolução da carga do ICMS).

O expressivo aumento da carga dos demais tributos resultou da elevação da arrecadação da mais danosa de suas categorias – as contribuições sociais (Cofins, PIS-Pasep e CPMF) que até 2002 eram todas cumulativas¹³. A receita proveniente de tais contribuições saltou de 0,2% do PIB em 1971 para 1,1% em 1988, até atingir seu nível histórico máximo em 2003: 6,4% do PIB. Vale lembrar que em 2003 apenas o PIS deixou de ser cobrado de forma

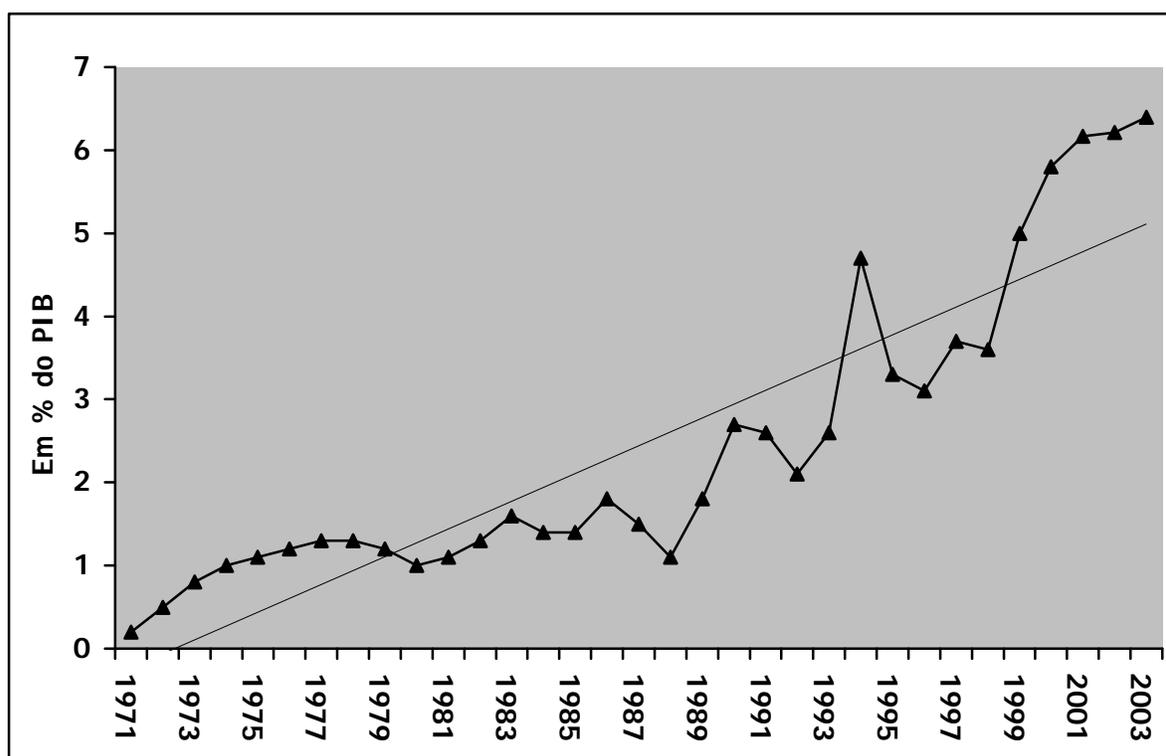
12 Vale lembrar que as regras constitucionais relativas ao ICMS, que até a data de conclusão dessa pesquisa, não previam a uniformização de sua aplicação em todo o território nacional, propiciaram a existência de distintos subsistemas tributários. As normas aplicáveis à tributação das transações interestaduais criaram um quadro extremamente favorável à sonegação, a práticas de guerras fiscais e a grandes distorções na distribuição geográfica da produção e dos investimentos.

13 Embora tributos cumulativos sejam sempre danosos, as contribuições sociais eram consideradas piores do que os tributos sobre transações específicas porque, uma vez que sua base de incidência era mais ampla, os efeitos em cascata oriundos da tributação de transações intermediárias também eram maiores.

cumulativa, a Cofins – que sozinha arrecadou 3,8% do PIB – e a CPMF – cuja receita foi de 1,5% do produto – eram cobradas em cascata. (Tabela A4 do anexo estatístico e Gráfico IV).

Para se ter uma idéia da importância que as contribuições sociais têm adquirido, basta dizer que, entre 1988 e 2002, a carga do agregado dos tributos incidentes sobre bens e serviços aumentou cerca de 6,5 pontos percentuais do PIB (passando de 9,8% para 16,3% do PIB) e a arrecadação conjunta das três contribuições foi responsável por mais de 80% deste aumento.

Gráfico IV
Evolução da Arrecadação das Contribuições Sociais:
em % do PIB - 1971/2003



Fonte: Tabela A4 do anexo estatístico

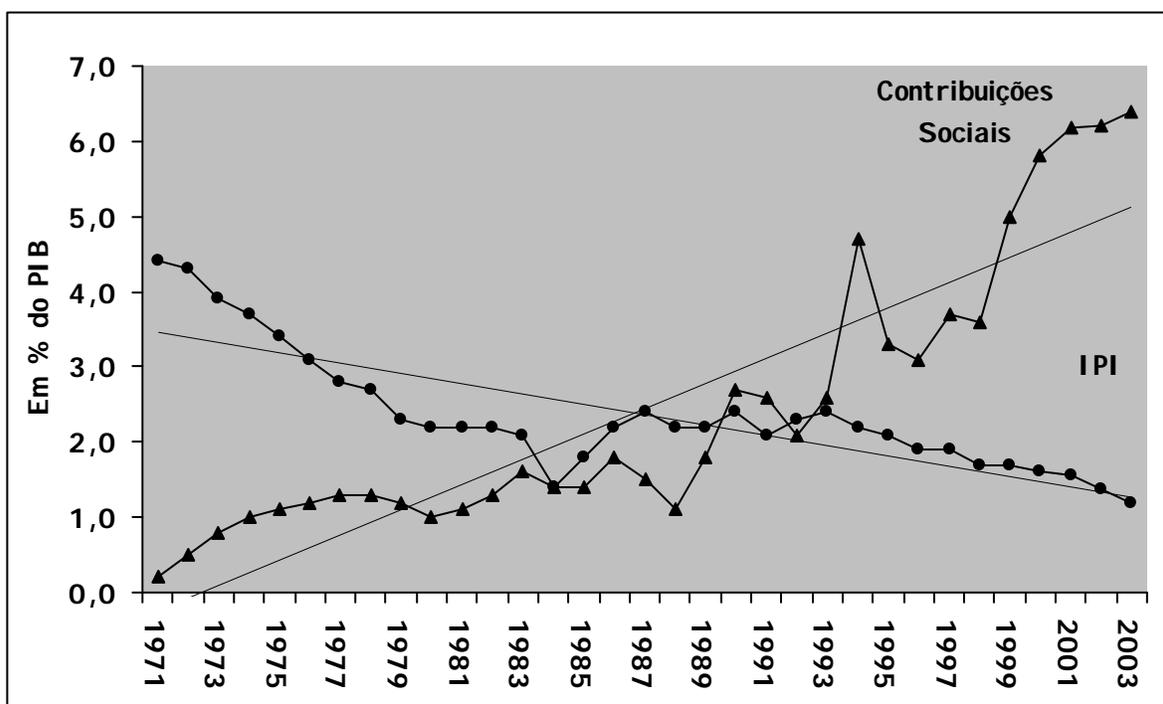
O crescimento expressivo das contribuições sociais tanto tem se refletido em aumento de sua participação na tributação sobre bens e serviços quanto na carga tributária global: na década de 80, essas contribuições representavam menos 6% da arrecadação total do país, desde 2000, já representam mais de 17% (ver Tabela A5 do anexo estatístico).

A explicação para o comportamento distinto das arrecadações do IPI e das contribuições sociais, pode ser encontrada, em grande medida, nos desdobramentos da Constituição de 1988 (ver Gráfico V para o confronto do desempenho das receitas do IPI e das contribuições sociais).

A elaboração da nova Constituição teve como principal motivação a reação ao centralismo de mais de vinte anos de ditadura militar e a demasiada ênfase dada no período à questão econômica em detrimento da social. Como resultado dessa motivação, os gastos públicos com funções sociais foram ampliados e se promoveu ampla descentralização das receitas públicas.

No período pós-Constituinte, o governo federal, para enfrentar o desequilíbrio de suas finanças, ampliou tributos cujas receitas não são partilhadas com os governos subnacionais. Ou seja, pouco uso fez do IR e do IPI, e, além de criar a CSLL, prevista na Constituição, abusou de contribuições sociais cumulativas, que permitem aumentar rápida e profundamente a arrecadação e a disponibilidade de recursos¹⁴.

Gráfico V
Evolução da Arrecadação do IPI versus Contribuições Sociais:
em % do PIB - 1968/2003



Fonte: Tabelas A4 e A5 do anexo estatístico.

¹⁴ Do total arrecadado com o IR e com o IPI, 47% e 57% são, respectivamente, comprometidos constitucionalmente com transferências que a União realiza em favor dos estados e municípios.

O aumento obtido entre 1988 e 2003 na arrecadação do PIS, Cofins e CPMF foi de 5,3 pontos percentuais do PIB¹⁵. Para a União obter do IPI o mesmo montante de recursos para livre aplicação (ou seja, fora vinculações constitucionais de receita), aquele imposto federal teria que aumentar em mais de 12 pontos percentuais do PIB – isto é, a carga de IPI realizada em 1988 teria que ser multiplicada por pouco mais de 6 vezes. Isto teria sido impossível, dentre outros fatores, porque a base de incidência do IPI constitui-se apenas do valor adicionado na fabricação de produtos industrializados e suas alíquotas já eram elevadas.

Em síntese, decorridos alguns anos desde a última reforma tributária realizada no país (em 1988), observou-se um aumento da carga tributária, global e sobre vendas internas de bens e serviços, especialmente via tributos cumulativos. A tributação do valor adicionado tem sido prejudicada, no caso do IPI, pelo excesso de vinculações que desestimula sua cobrança, e no ICMS, pela falência de seu aparato institucional nacional – ainda que continue o maior imposto do país. A União foi induzida a elevar as contribuições sociais cumulativas, por dispor de toda sua receita, ter base ampla e alíquotas reduzidas e, ainda, por atender ao financiamento dos gastos que mais foram pressionados pela Constituição de 1988.

3. A PROJEÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA PARA 2004

Para o ano de 2004, caso sejam confirmadas a arrecadação que foi projetada nos orçamentos oficiais e a variação nominal do PIB, *haverá uma significativa expansão da carga tributária global: para 37,6% do PIB, o que representaria um aumento em 1,8 ponto percentual do PIB em apenas um ano.*

É lógico que tal número deve ser visto com toda cautela, por constituir projeção de caráter bastante preliminar. Nossa estimativa, do total arrecadado em 2004, 69,5% sejam gerados pelo governo federal, 26% pelos estaduais e pouco menos de 5% pelos municipais (ver Tabelas A6 e A7 do anexo estatístico).

15 A alíquota da Cofins aumentou de 0,5% (1988) para 2% (1990) e, posteriormente, para 3% (1999). Por sua vez, o IPMF foi criado em 1993 e cobrado até 1994. Em 1996, foi recriado como contribuição social - CPMF – e com alíquota de 0,25%; tendo sido prorrogada sucessivamente em 1997 (alíquota 0,20%), 1999 (0,38%) e 2002.

A projeção da carga para 2004, por mais preliminar que seja, aponta uma tendência de elevação consistente com as últimas medidas tributárias adotadas.

As últimas reformas constitucionais, aprovadas no final do ano passado, não reduziram nenhum tributo e serviram não apenas para prorrogar os que seriam reduzidos e extintos (como a CPMF), como para criar condições para imposição de novos tributos (como as contribuições sociais incidentes sobre importações e sobre servidores públicos inativos) e para majoração de outros (como as contribuições para o INSS dos trabalhadores com salário acima do teto e de alguns servidores ativos estaduais e municipais que antes recolhiam menos que os federais).

Em particular, a arrecadação federal é elevada em ritmo muito mais rápido do que o crescimento da economia por conta da majoração das alíquotas da COFINS, primeiro de instituições financeiras (de 3% para 4%), depois das grandes empresas produtivas com adoção do regime não-cumulativo (de 3% sobre faturamento bruto para 7,65% sobre o conceito líquido), além do aumento da CSLL dos prestadores de serviços e da não revisão da majoração do PIS, dentre outras medidas. No âmbito municipal, o aumento de carga passará, sobretudo, pela implantação da nova lei complementar do ISS, que foi patrocinada pelo governo federal.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto e ARAUJO, Erika. *Cresceu a Carga Tributária em 2003*. Rio de Janeiro, mar. 2004 (mimeo).

_____. *Contribuições Sociais, Mas Antieconômicas*. Rio de Janeiro, ago. 2003 (mimeo).

_____; REZENDE, Fernando e VARSANO, Ricardo. A Tributação Brasileira e o Novo Ambiente Econômico: A Reforma Tributária Inevitável e Urgente. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 137-170, jun. 2000.

_____; VARSANO, Ricardo; ARAUJO, Erika; PESSOA, Elisa; SILVA, Napoleão e RAMUNDO, Júlio César. Tributação no Brasil: Características Marcantes e Diretrizes para a Reforma. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 25-50, jun. 1998.

ARAUJO, Erika. *Carga Tributária – Evolução Histórica: Uma Tendência Crescente*. Rio de Janeiro: BNDES, jul. 2001 (Informe-se, 29).

VARSAÑO, Ricardo; PEREIRA, Thiago; ARAUJO, Erika; SILVA, Napoleão e IKEDA, Marcelo. *Substituindo o PIS e a Cofins – e Por Que Não a CPMF? – por uma Contribuição Social Não-cumulativa*. Brasília: Ipea, out. 2001 (Texto para Discussão, 832).

_____ e AFONSO, José Roberto, ARAUJO, Erika, PESSOA, Elisa, SILVA, Napoleão e RAMUNDO, Júlio César. *Uma Análise da Carga Tributária do Brasil*. Brasília: Ipea, ago. 1998 (Texto para Discussão, 583).

SIGLAS

As seguintes siglas identificam tributos neste texto: COFINS – contribuição social dos empregadores para o financiamento da seguridade social sobre faturamento e receitas (antes da Constituição de 1988, conhecida como FINSOCIAL); CPMF – contribuição provisória sobre movimentação financeira (na primeira vez, foi instituída como imposto e era conhecida como IPMF); CSLL – contribuição social dos empregadores para seguridade sobre lucro; ICMS – imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (antes da Constituição de 1988, conhecido como ICM, por não alcançar combustíveis, energia, comunicações e transportes); IOF – imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores imobiliários; IPI – imposto sobre produtos industrializados; IPVA – imposto sobre a propriedade de veículos automotores; IR – imposto de renda; ISS – imposto sobre serviços de qualquer natureza; ITR – imposto sobre a propriedade rural; IVA – imposto sobre valor adicionado; e PIS-Pasep – contribuições sociais para custeio do fundo de amparo ao trabalhador (antes da Constituição de 1988, destinada aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela A1:
Evolução da Carga Tributária Global - 1947/2004
Em % Do Pib

| ANO | CARGA | ANO | CARGA | ANO | CARGA | ANO | CARGA |
|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| | | | | | | | |
| 1947 | 13,84 | 1962 | 15,76 | 1977 | 25,55 | 1992 | 25,01 |
| 1948 | 14,03 | 1963 | 16,05 | 1978 | 25,70 | 1993 | 25,78 |
| 1949 | 14,39 | 1964 | 17,02 | 1979 | 24,66 | 1994 | 29,75 |
| 1950 | 14,42 | 1965 | 18,99 | 1980 | 24,52 | 1995 | 29,41 |
| 1951 | 15,74 | 1966 | 20,95 | 1981 | 25,25 | 1996 | 29,09 |
| 1952 | 15,41 | 1967 | 20,47 | 1982 | 26,34 | 1997 | 29,56 |
| 1953 | 15,20 | 1968 | 23,29 | 1983 | 26,97 | 1998 | 29,64 |
| 1954 | 15,82 | 1969 | 24,87 | 1984 | 24,34 | 1999 | 31,71 |
| 1955 | 15,05 | 1970 | 25,98 | 1985 | 24,06 | 2000 | 32,67 |
| 1956 | 16,42 | 1971 | 25,26 | 1986 | 26,19 | 2001 | 34,14 |
| 1957 | 16,66 | 1972 | 26,01 | 1987 | 23,77 | 2002 | 35,65 |
| 1958 | 18,70 | 1973 | 25,05 | 1988 | 22,43 | 2003 | 35,85 |
| 1959 | 17,86 | 1974 | 25,05 | 1989 | 24,13 | 2004e | 37,60 |
| 1960 | 17,41 | 1975 | 25,22 | 1990 | 28,78 | | |
| 1961 | 16,38 | 1976 | 25,14 | 1991 | 25,24 | | |

Fonte: Araujo (2001), com atualização dos dados para os anos de 2001 a 2004, e/ estimativa preliminar

TABELA A2: DISTRIBUIÇÃO RECEITA TRIBUTÁRIA POR PRINCIPAIS BASES DE INCIDÊNCIA - 1980/2004
Em % do PIB

| | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004e |
|------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| TOTAL | 22,8 | 23,3 | 24,7 | 25,0 | 24,1 | 24,1 | 26,3 | 23,8 | 22,4 | 24,1 | 28,8 | 25,2 | 25,0 | 25,8 | 29,7 | 29,4 | 29,1 | 29,6 | 29,6 | 31,7 | 32,7 | 34,1 | 35,6 | 35,8 | 37,6 |
| COM. EXTERIOR | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,8 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,6 | 0,5 | 0,5 |
| II | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,8 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,6 | 0,5 | 0,5 |
| BENS E SERVIÇOS | 10,0 | 10,2 | 10,4 | 10,3 | 9,6 | 10,0 | 11,8 | 10,9 | 9,8 | 10,9 | 14,1 | 12,5 | 11,8 | 12,2 | 15,4 | 13,7 | 13,2 | 13,4 | 13,0 | 14,8 | 15,8 | 16,3 | 16,2 | 16,3 | 17,4 |
| ICMS | 4,9 | 4,9 | 5,1 | 5,0 | 5,3 | 5,4 | 6,4 | 5,5 | 5,3 | 6,4 | 7,2 | 6,8 | 6,4 | 6,0 | 7,3 | 7,3 | 7,3 | 6,9 | 6,7 | 7,1 | 7,6 | 7,7 | 7,8 | 7,9 | 8,1 |
| IPI | 2,2 | 2,2 | 2,2 | 2,1 | 1,4 | 1,8 | 2,2 | 2,4 | 2,2 | 2,2 | 2,4 | 2,1 | 2,3 | 2,4 | 2,2 | 2,1 | 1,9 | 1,9 | 1,7 | 1,7 | 1,6 | 1,6 | 1,4 | 1,2 | 1,1 |
| COFINS | | | 0,3 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 1,1 | 1,5 | 1,6 | 1,0 | 1,4 | 2,6 | 2,4 | 2,2 | 2,1 | 1,9 | 3,2 | 3,6 | 3,8 | 3,8 | 3,8 | 4,6 |
| PIS/PASEP | 1,0 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 0,8 | 0,3 | 0,7 | 1,1 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,1 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 1,1 | 1,1 |
| IPMF/CPMF | | | | | | | | | | | | | | 0,1 | 1,1 | | | 0,8 | 0,9 | 0,8 | 1,3 | 1,4 | 1,5 | 1,5 | 1,6 |
| IOF | 0,9 | 1,2 | 1,1 | 0,7 | 0,9 | 0,5 | 0,7 | 0,6 | 0,4 | 0,2 | 1,3 | 0,6 | 0,6 | 0,8 | 0,7 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 |
| ISS | 0,3 | 0,3 | 0,1 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,6 |
| Impostos Únicos | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | | | | | | | | | | |
| PATRIMÔNIO | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,3 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| IPTU | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,4 |
| IPVA | | | | | | | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 |
| ITR | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| RENDA | 3,0 | 3,4 | 3,5 | 4,2 | 4,8 | 5,1 | 5,0 | 4,3 | 4,7 | 5,2 | 5,7 | 4,2 | 4,9 | 4,6 | 4,8 | 5,7 | 4,8 | 4,6 | 5,2 | 5,4 | 5,2 | 5,6 | 6,5 | 6,5 | 6,3 |
| IR | 3,0 | 3,4 | 3,5 | 4,2 | 4,8 | 5,1 | 5,0 | 4,3 | 4,7 | 4,9 | 5,1 | 3,9 | 4,2 | 3,9 | 3,8 | 4,8 | 4,0 | 3,8 | 4,5 | 4,7 | 4,4 | 4,9 | 5,6 | 5,4 | 5,2 |
| CSLL | | | | | | | | | | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,7 | 0,9 | 1,0 | 1,1 |
| FOLHA SALARIAL | 6,0 | 6,4 | 7,6 | 6,9 | 6,1 | 5,8 | 6,6 | 5,9 | 5,3 | 6,0 | 6,6 | 5,7 | 5,7 | 6,4 | 6,6 | 6,4 | 6,7 | 6,6 | 6,9 | 6,9 | 6,7 | 7,0 | 6,9 | 7,0 | 7,3 |
| Previdência Social | 4,7 | 5,0 | 6,1 | 5,5 | 4,9 | 4,7 | 5,2 | 4,7 | 4,4 | 4,6 | 5,1 | 4,4 | 4,4 | 5,2 | 4,8 | 4,9 | 5,2 | 5,1 | 5,1 | 5,1 | 5,0 | 5,2 | 5,3 | 5,3 | 5,5 |
| FGTS | 1,3 | 1,4 | 1,5 | 1,4 | 1,2 | 1,1 | 1,4 | 1,2 | 0,9 | 1,4 | 1,5 | 1,3 | 1,3 | 1,2 | 1,8 | 1,5 | 1,5 | 1,5 | 1,8 | 1,8 | 1,7 | 1,8 | 1,7 | 1,6 | 1,7 |
| DEMAIS 1/ | 2,9 | 2,4 | 2,4 | 2,9 | 3,0 | 2,5 | 2,1 | 2,1 | 2,0 | 1,5 | 1,8 | 1,9 | 1,8 | 1,7 | 2,1 | 2,0 | 3,0 | 3,5 | 2,8 | 2,8 | 3,2 | 3,5 | 4,4 | 4,6 | 5,2 |

Fonte: Araujo (2001), com atualização dos dados para os anos de 2001 a 2004.

e/ estimativa preliminar

1/ A linha Demais inclui, além de tributos não classificáveis em um dos grupamentos considerados, alguns que, embora claramente classificáveis, são individualmente de pequena importância na arrecadação, como, por exemplo, o imposto de exportação.

TABELA A3: DISTRIBUIÇÃO RECEITA TRIBUTÁRIA POR PRINCIPAIS BASES DE INCIDÊNCIA - 1980/2002
Em % do Total

| | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004e |
|------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| COM. EXTERIOR | 3,1 | 2,5 | 2,0 | 1,8 | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 1,7 | 1,9 | 1,8 | 1,3 | 1,6 | 1,6 | 1,7 | 1,7 | 2,6 | 1,9 | 2,0 | 2,4 | 2,6 | 2,4 | 2,2 | 1,6 | 1,5 | 1,4 |
| II | 3,1 | 2,5 | 2,0 | 1,8 | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 1,7 | 1,9 | 1,8 | 1,3 | 1,6 | 1,6 | 1,7 | 1,7 | 2,6 | 1,8 | 2,0 | 2,4 | 2,6 | 2,4 | 2,2 | 1,6 | 1,5 | |
| BENS E SERVIÇOS | 43,7 | 43,9 | 42,1 | 41,0 | 39,9 | 41,7 | 44,9 | 45,6 | 44,0 | 45,3 | 48,9 | 49,7 | 47,4 | 47,5 | 51,6 | 46,7 | 45,4 | 45,3 | 43,8 | 46,8 | 48,4 | 47,8 | 45,6 | 45,4 | 46,2 |
| ICMS | 21,4 | 21,2 | 20,6 | 20,1 | 21,9 | 22,6 | 24,2 | 23,1 | 23,9 | 26,6 | 25,1 | 26,8 | 25,7 | 23,4 | 24,6 | 24,8 | 24,9 | 23,2 | 22,5 | 22,3 | 23,2 | 22,5 | 21,9 | 22,0 | 21,5 |
| IPI | 9,6 | 9,4 | 8,9 | 8,5 | 5,8 | 7,6 | 8,3 | 10,2 | 9,7 | 9,2 | 8,3 | 8,5 | 9,3 | 9,5 | 7,5 | 7,1 | 6,6 | 6,3 | 5,8 | 5,2 | 4,9 | 4,6 | 3,8 | 3,3 | 2,8 |
| COFINS | | | 1,1 | 2,5 | 2,4 | 2,6 | 2,7 | 2,8 | 3,5 | 4,6 | 5,4 | 6,1 | 4,0 | 5,3 | 8,6 | 8,3 | 7,6 | 7,1 | 6,6 | 10,1 | 10,9 | 11,2 | 10,6 | 10,6 | 12,2 |
| PIS/PASEP | 4,5 | 4,5 | 4,1 | 3,8 | 3,3 | 3,4 | 4,0 | 3,3 | 1,5 | 2,7 | 4,0 | 4,1 | 4,3 | 4,5 | 3,6 | 3,1 | 3,1 | 2,8 | 2,6 | 3,1 | 2,7 | 2,7 | 2,6 | 3,0 | 3,0 |
| IPMF/CPMF | | | | | | | | | | | | | | 0,3 | 3,6 | | | 2,7 | 3,0 | 2,6 | 4,1 | 4,2 | 4,2 | 4,2 | 4,2 |
| IOF | 4,1 | 5,0 | 4,6 | 2,9 | 3,6 | 2,3 | 2,5 | 2,4 | 1,6 | 0,7 | 4,5 | 2,3 | 2,5 | 3,1 | 2,3 | 1,7 | 1,3 | 1,5 | 1,3 | 1,6 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,8 |
| ISS | 1,1 | 1,4 | 0,6 | 1,4 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 1,3 | 1,5 | 1,4 | 1,5 | 1,8 | 1,6 | 1,3 | 1,4 | 1,7 | 1,9 | 1,9 | 2,0 | 1,8 | 1,8 | 1,7 | 1,5 | 1,5 | 1,7 |
| Impostos Únicos | 3,0 | 2,4 | 2,2 | 1,9 | 1,8 | 2,1 | 2,0 | 2,5 | 2,4 | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | | | | | | | | | | | | |
| PATRIMÔNIO | 1,2 | 1,4 | 1,3 | 0,9 | 0,9 | 0,7 | 1,2 | 1,0 | 0,9 | 0,5 | 1,0 | 2,1 | 1,4 | 1,0 | 1,3 | 2,7 | 2,9 | 3,2 | 3,3 | 3,0 | 3,0 | 2,9 | 2,8 | 2,7 | 2,5 |
| IPTU | 1,1 | 1,3 | 1,2 | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 0,6 | 0,3 | 0,6 | 1,4 | 0,9 | 0,6 | 0,7 | 1,4 | 1,5 | 1,4 | 1,6 | 1,5 | 1,5 | 1,3 | 1,3 | 1,2 | 1,2 |
| IPVA | | | | | | | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,6 | 1,3 | 1,4 | 1,7 | 1,6 | 1,5 | 1,5 | 1,5 | 1,5 | 1,4 | 1,3 |
| ITR | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| RENDA | 13,2 | 14,4 | 14,0 | 17,0 | 19,7 | 21,3 | 19,1 | 18,1 | 20,9 | 21,4 | 19,7 | 16,5 | 19,6 | 18,0 | 16,1 | 19,3 | 16,3 | 15,5 | 17,5 | 17,0 | 16,0 | 16,5 | 18,3 | 18,1 | 16,7 |
| IR | 13,2 | 14,4 | 14,0 | 17,0 | 19,7 | 21,3 | 19,1 | 18,1 | 20,9 | 20,5 | 17,8 | 15,4 | 16,7 | 14,9 | 12,9 | 16,3 | 13,6 | 12,7 | 15,1 | 14,8 | 13,5 | 14,3 | 15,7 | 15,2 | 13,9 |
| CSLL | | | | | | | | | 0,9 | 1,9 | 1,1 | 2,9 | 3,1 | 3,2 | 3,1 | 2,7 | 2,8 | 2,4 | 2,2 | 2,4 | 2,2 | 2,6 | 2,9 | 2,8 | |
| FOLHA SALARIAL | 26,2 | 27,6 | 30,7 | 27,6 | 25,3 | 24,3 | 25,1 | 24,7 | 23,5 | 25,0 | 22,8 | 22,4 | 22,8 | 25,0 | 22,2 | 21,8 | 23,0 | 22,2 | 23,4 | 21,7 | 20,5 | 20,4 | 19,5 | 19,5 | 19,3 |
| Previdência Social | 20,5 | 21,4 | 24,5 | 21,8 | 20,3 | 19,6 | 19,7 | 19,9 | 19,7 | 19,2 | 17,7 | 17,3 | 17,6 | 20,1 | 16,2 | 16,6 | 17,8 | 17,2 | 17,2 | 16,0 | 15,2 | 15,3 | 14,8 | 14,9 | 14,7 |
| FGTS | 5,7 | 6,2 | 6,2 | 5,8 | 5,0 | 4,6 | 5,4 | 4,8 | 3,8 | 5,9 | 5,1 | 5,1 | 5,1 | 4,8 | 6,0 | 5,1 | 5,1 | 5,0 | 6,2 | 5,7 | 5,3 | 5,1 | 4,7 | 4,6 | 4,6 |
| DEMAIS 1/ | 12,7 | 10,2 | 9,9 | 11,7 | 12,4 | 10,4 | 7,9 | 8,8 | 8,8 | 6,0 | 6,3 | 7,5 | 7,2 | 6,8 | 7,0 | 6,9 | 10,5 | 11,7 | 9,6 | 8,9 | 9,7 | 10,2 | 12,2 | 12,9 | 13,7 |

Fonte: Tabela A3.

Tabela A4:
Evolução Histórica da Arrecadação dos Principais Tributos Sobre Bens e Serviços –1968/2004
Em % do PIB

| Ano | Carga Total Sobre Bens e Serviços | ICMS (ex-ICM) | IPI | PIS-Pasep | Cofins (ex-Finsocial) | CPMF (ex-IPMF) | ISS | IOF | Impostos Únicos |
|-------|-----------------------------------|---------------|-----|-----------|-----------------------|----------------|-----|-----|-----------------|
| 1968 | 13,2 | 7,3 | 4,4 | | | | | | 1,6 |
| 1969 | 13,4 | 7,3 | 4,5 | | | | | | 1,7 |
| 1970 | 13,4 | 7,1 | 4,4 | | | | | 0,2 | 1,7 |
| 1971 | 12,9 | 6,4 | 4,4 | | 0,2 | | | 0,2 | 1,7 |
| 1972 | 13,6 | 6,5 | 4,3 | | 0,5 | | 0,4 | 0,2 | 1,7 |
| 1973 | 12,7 | 6,0 | 3,9 | | 0,8 | | 0,4 | 0,2 | 1,5 |
| 1974 | 12,2 | 5,7 | 3,7 | | 1,0 | | 0,4 | 0,2 | 1,2 |
| 1975 | 11,7 | 5,4 | 3,4 | | 1,1 | | 0,4 | 0,3 | 1,1 |
| 1976 | 11,8 | 5,0 | 3,1 | | 1,2 | | 0,4 | 0,3 | 1,8 |
| 1977 | 11,2 | 5,0 | 2,8 | | 1,3 | | 0,4 | 0,3 | 1,5 |
| 1978 | 11,3 | 5,2 | 2,7 | | 1,3 | | 0,4 | 0,3 | 1,5 |
| 1979 | 10,2 | 4,9 | 2,3 | | 1,2 | | 0,4 | 0,3 | 1,2 |
| 1980 | 10,0 | 4,9 | 2,2 | | 1,0 | | 0,9 | 0,3 | 0,7 |
| 1981 | 10,2 | 4,9 | 2,2 | | 1,1 | | 1,2 | 0,3 | 0,6 |
| 1982 | 10,4 | 5,1 | 2,2 | 0,3 | 1,0 | | 1,1 | 0,1 | 0,5 |
| 1983 | 10,3 | 5,0 | 2,1 | 0,6 | 1,0 | | 0,7 | 0,4 | 0,5 |
| 1984 | 9,6 | 5,3 | 1,4 | 0,6 | 0,8 | | 0,9 | 0,3 | 0,4 |
| 1985 | 10,0 | 5,4 | 1,8 | 0,6 | 0,8 | | 0,5 | 0,3 | 0,5 |
| 1986 | 11,8 | 6,4 | 2,2 | 0,7 | 1,0 | | 0,7 | 0,3 | 0,5 |
| 1987 | 10,9 | 5,5 | 2,4 | 0,7 | 0,8 | | 0,6 | 0,3 | 0,6 |
| 1988 | 9,8 | 5,3 | 2,2 | 0,8 | 0,3 | | 0,4 | 0,3 | 0,5 |
| 1989 | 10,9 | 6,4 | 2,2 | 1,1 | 0,7 | | 0,2 | 0,3 | 0,1 |
| 1990 | 14,1 | 7,2 | 2,4 | 1,5 | 1,1 | | 1,3 | 0,4 | 0,0 |
| 1991 | 12,5 | 6,8 | 2,1 | 1,6 | 1,0 | | 0,6 | 0,4 | 0,0 |
| 1992 | 11,8 | 6,4 | 2,3 | 1,0 | 1,1 | | 0,6 | 0,4 | 0,0 |
| 1993 | 12,2 | 6,0 | 2,4 | 1,4 | 1,2 | 0,1 | 0,8 | 0,3 | |
| 1994 | 15,4 | 7,3 | 2,2 | 2,6 | 1,1 | 1,1 | 0,7 | 0,4 | |
| 1995 | 13,7 | 7,3 | 2,1 | 2,4 | 0,9 | | 0,5 | 0,5 | |
| 1996 | 13,2 | 7,3 | 1,9 | 2,2 | 0,9 | | 0,4 | 0,5 | |
| 1997 | 13,4 | 6,9 | 1,9 | 2,1 | 0,8 | 0,8 | 0,4 | 0,6 | |
| 1998 | 13,0 | 6,7 | 1,7 | 1,9 | 0,8 | 0,9 | 0,4 | 0,6 | |
| 1999 | 14,8 | 7,1 | 1,7 | 3,2 | 1,0 | 0,8 | 0,5 | 0,6 | |
| 2000 | 15,8 | 7,57 | 1,6 | 3,6 | 0,9 | 1,3 | 0,3 | 0,6 | |
| 2001 | 16,3 | 7,7 | 1,6 | 3,8 | 0,9 | 1,4 | 0,3 | 0,6 | |
| 2002 | 16,2 | 7,8 | 1,4 | 3,8 | 0,9 | 1,5 | 0,3 | 0,5 | |
| 2003 | 16,3 | 7,9 | 1,2 | 3,8 | 1,1 | 1,5 | 0,3 | 0,5 | |
| 2004e | 17,4 | 8,1 | 1,1 | 4,6 | 1,1 | 1,6 | 0,3 | 0,6 | |

Fonte: Araujo (2001), com atualização dos dados para os anos de 2001 a 2004 e/ estimativa preliminar

Tabela A5:
Evolução Histórica da Arrecadação dos Principais Tributos Sobre Bens e Serviços –1968/2004
Em % da Carga Global

| Ano | Carga Total Sobre Bens e Serviços | ICMS (ex-ICM) | IPI | PIS-Pasep | Cofins (ex-Finsocial) | CPMF (ex-IPMF) | ISS | IOF | Impostos Únicos |
|-------|-----------------------------------|---------------|------|-----------|-----------------------|----------------|-----|-----|-----------------|
| 1968 | 56,9 | 31,3 | 18,9 | | | | | | 6,7 |
| 1969 | 54,1 | 29,4 | 17,9 | | | | | | 6,7 |
| 1970 | 51,5 | 27,5 | 16,8 | | | | | 0,6 | 6,5 |
| 1971 | 51,0 | 25,5 | 17,5 | | 0,8 | | | 0,7 | 6,5 |
| 1972 | 52,1 | 24,8 | 16,5 | | 2,1 | | 1,5 | 0,7 | 6,5 |
| 1973 | 50,8 | 24,0 | 15,5 | | 3,1 | | 1,6 | 0,8 | 5,8 |
| 1974 | 48,8 | 22,8 | 15,0 | | 3,8 | | 1,5 | 0,8 | 4,9 |
| 1975 | 46,4 | 21,6 | 13,4 | | 4,3 | | 1,5 | 1,1 | 4,5 |
| 1976 | 47,0 | 20,0 | 12,4 | | 4,7 | | 1,7 | 1,0 | 7,2 |
| 1977 | 43,7 | 19,4 | 10,9 | | 4,9 | | 1,4 | 1,1 | 5,9 |
| 1978 | 44,0 | 20,2 | 10,4 | | 5,0 | | 1,4 | 1,2 | 5,8 |
| 1979 | 41,6 | 19,8 | 9,4 | | 4,7 | | 1,6 | 1,2 | 4,9 |
| 1980 | 40,6 | 19,9 | 8,9 | | 4,2 | | 3,8 | 1,1 | 2,8 |
| 1981 | 40,6 | 19,6 | 8,7 | | 4,2 | | 4,6 | 1,3 | 2,2 |
| 1982 | 39,4 | 19,3 | 8,4 | 1,0 | 3,8 | | 4,3 | 0,5 | 2,1 |
| 1983 | 38,0 | 18,7 | 7,8 | 2,3 | 3,5 | | 2,7 | 1,3 | 1,7 |
| 1984 | 39,6 | 21,7 | 5,8 | 2,4 | 3,3 | | 3,5 | 1,2 | 1,7 |
| 1985 | 41,8 | 22,6 | 7,7 | 2,6 | 3,4 | | 2,3 | 1,2 | 2,1 |
| 1986 | 45,0 | 24,2 | 8,3 | 2,7 | 4,0 | | 2,5 | 1,2 | 2,0 |
| 1987 | 45,7 | 23,1 | 10,2 | 2,8 | 3,3 | | 2,4 | 1,3 | 2,5 |
| 1988 | 43,8 | 23,8 | 9,7 | 3,4 | 1,5 | | 1,6 | 1,5 | 2,4 |
| 1989 | 45,3 | 26,6 | 9,2 | 4,6 | 2,7 | | 0,7 | 1,4 | 0,3 |
| 1990 | 48,9 | 25,1 | 8,3 | 5,4 | 4,0 | | 4,5 | 1,5 | 0,1 |
| 1991 | 49,7 | 26,8 | 8,5 | 6,1 | 4,1 | | 2,3 | 1,8 | 0,1 |
| 1992 | 47,4 | 25,7 | 9,3 | 4,0 | 4,3 | | 2,5 | 1,6 | 0,0 |
| 1993 | 47,5 | 23,4 | 9,5 | 5,3 | 4,5 | 0,3 | 3,1 | 1,3 | |
| 1994 | 51,6 | 24,6 | 7,5 | 8,6 | 3,6 | 3,6 | 2,3 | 1,4 | |
| 1995 | 46,7 | 24,8 | 7,1 | 8,3 | 3,1 | | 1,7 | 1,7 | |
| 1996 | 45,4 | 24,9 | 6,6 | 7,6 | 3,1 | | 1,3 | 1,9 | |
| 1997 | 45,3 | 23,2 | 6,3 | 7,1 | 2,8 | 2,7 | 1,5 | 1,9 | |
| 1998 | 43,8 | 22,5 | 5,8 | 6,6 | 2,6 | 3,0 | 1,3 | 2,0 | |
| 1999 | 46,8 | 22,3 | 5,2 | 10,1 | 3,1 | 2,6 | 1,6 | 1,8 | |
| 2000 | 48,5 | 23,2 | 4,9 | 10,9 | 2,7 | 4,1 | 0,9 | 1,8 | |
| 2001 | 47,8 | 22,5 | 4,6 | 11,2 | 2,7 | 4,2 | 0,9 | 1,7 | |
| 2002 | 45,6 | 21,9 | 3,8 | 10,6 | 2,6 | 4,2 | 0,8 | 1,5 | |
| 2003 | 45,4 | 22,0 | 3,3 | 10,6 | 3,0 | 4,2 | 0,8 | 1,5 | |
| 2004e | 46,2 | 21,5 | 2,8 | 12,2 | 3,0 | 4,2 | 0,8 | 1,7 | |

Fonte: Araujo (2001), com atualização dos dados para os anos de 2001 a 2004 e/ estimativa preliminar

**Tabela A6: Distribuição Federativa da Arrecadação Própria
% do PIB**

| ANO | TOTAL | | | |
|-------|-------|-------|---------|------------|
| | | UNIÃO | ESTADOS | MUNICÍPIOS |
| 1960 | 17,4 | 11,1 | 5,5 | 0,8 |
| 1965 | 19,0 | 12,1 | 5,8 | 1,1 |
| 1970 | 26,0 | 17,3 | 7,9 | 0,7 |
| 1971 | 25,3 | 17,4 | 7,2 | 0,7 |
| 1972 | 26,0 | 18,1 | 7,2 | 0,7 |
| 1973 | 25,0 | 17,8 | 6,6 | 0,6 |
| 1974 | 25,1 | 18,1 | 6,4 | 0,6 |
| 1975 | 25,2 | 18,6 | 5,9 | 0,7 |
| 1976 | 25,1 | 19,0 | 5,4 | 0,8 |
| 1977 | 25,6 | 19,4 | 5,4 | 0,7 |
| 1978 | 25,7 | 19,3 | 5,7 | 0,7 |
| 1979 | 24,7 | 18,5 | 5,4 | 0,8 |
| 1980 | 24,5 | 18,3 | 5,3 | 0,9 |
| 1981 | 25,3 | 19,0 | 5,4 | 0,8 |
| 1982 | 26,3 | 20,0 | 5,6 | 0,7 |
| 1983 | 27,0 | 20,6 | 5,6 | 0,8 |
| 1984 | 24,3 | 17,9 | 5,8 | 0,6 |
| 1985 | 24,1 | 17,5 | 6,0 | 0,6 |
| 1986 | 26,2 | 18,5 | 7,1 | 0,7 |
| 1987 | 23,8 | 17,2 | 6,0 | 0,6 |
| 1988 | 22,4 | 15,8 | 5,9 | 0,6 |
| 1989 | 24,1 | 16,3 | 7,2 | 0,7 |
| 1990 | 28,8 | 19,3 | 8,5 | 1,0 |
| 1991 | 25,2 | 16,0 | 7,9 | 1,4 |
| 1992 | 25,0 | 16,5 | 7,3 | 1,2 |
| 1993 | 25,8 | 17,7 | 6,9 | 1,2 |
| 1994 | 29,8 | 20,2 | 8,0 | 1,5 |
| 1995 | 29,4 | 19,4 | 8,4 | 1,6 |
| 1996 | 29,1 | 19,6 | 8,1 | 1,5 |
| 1997 | 29,6 | 19,6 | 8,5 | 1,5 |
| 1998 | 29,6 | 19,9 | 8,2 | 1,6 |
| 1999 | 31,7 | 21,6 | 8,5 | 1,6 |
| 2000 | 32,7 | 22,0 | 9,1 | 1,6 |
| 2001 | 34,1 | 23,1 | 9,3 | 1,7 |
| 2002 | 35,6 | 24,5 | 9,5 | 1,7 |
| 2003 | 35,8 | 24,7 | 9,5 | 1,6 |
| 2004e | 37,6 | 26,1 | 9,7 | 1,7 |

Fonte: VARSANO et al. (1998), com atualização dos dados para 1997 até 2004 e/ estimativa preliminar

Tabela A7:
Distribuição Federativa da Arrecadação Própria
% do Total

| ANO | TOTAL | | | |
|-------|-------|-------|---------|------------|
| | | UNIÃO | ESTADOS | MUNICÍPIOS |
| 1960 | 100,0 | 64,0 | 31,3 | 4,7 |
| 1965 | 100,0 | 63,6 | 30,8 | 5,6 |
| 1970 | 100,0 | 66,7 | 30,6 | 2,7 |
| 1971 | 100,0 | 68,7 | 28,6 | 2,7 |
| 1972 | 100,0 | 69,7 | 27,7 | 2,6 |
| 1973 | 100,0 | 71,1 | 26,3 | 2,5 |
| 1974 | 100,0 | 72,3 | 25,4 | 2,3 |
| 1975 | 100,0 | 73,7 | 23,5 | 2,8 |
| 1976 | 100,0 | 75,4 | 21,6 | 3,0 |
| 1977 | 100,0 | 76,0 | 21,1 | 2,9 |
| 1978 | 100,0 | 75,1 | 22,2 | 2,8 |
| 1979 | 100,0 | 74,8 | 21,8 | 3,4 |
| 1980 | 100,0 | 74,7 | 21,6 | 3,7 |
| 1981 | 100,0 | 75,4 | 21,3 | 3,3 |
| 1982 | 100,0 | 75,9 | 21,4 | 2,7 |
| 1983 | 100,0 | 76,5 | 20,6 | 2,8 |
| 1984 | 100,0 | 73,6 | 23,7 | 2,7 |
| 1985 | 100,0 | 72,7 | 24,9 | 2,4 |
| 1986 | 100,0 | 70,5 | 27,0 | 2,5 |
| 1987 | 100,0 | 72,3 | 25,2 | 2,5 |
| 1988 | 100,0 | 70,5 | 26,5 | 2,9 |
| 1989 | 100,0 | 67,5 | 29,9 | 2,7 |
| 1990 | 100,0 | 67,0 | 29,6 | 3,4 |
| 1991 | 100,0 | 63,4 | 31,2 | 5,4 |
| 1992 | 100,0 | 66,1 | 29,1 | 4,8 |
| 1993 | 100,0 | 68,6 | 26,6 | 4,7 |
| 1994 | 100,0 | 67,9 | 27,1 | 5,1 |
| 1995 | 100,0 | 66,0 | 28,6 | 5,4 |
| 1996 | 100,0 | 67,3 | 27,7 | 5,0 |
| 1997 | 100,0 | 66,2 | 28,8 | 5,0 |
| 1998 | 100,0 | 67,0 | 27,5 | 5,5 |
| 1999 | 100,0 | 68,1 | 26,9 | 5,0 |
| 2000 | 100,0 | 67,3 | 27,7 | 5,0 |
| 2001 | 100,0 | 67,8 | 27,3 | 4,9 |
| 2002 | 100,0 | 68,7 | 26,6 | 4,7 |
| 2003 | 100,0 | 68,8 | 26,6 | 4,5 |
| 2004e | 100,0 | 69,5 | 25,9 | 4,6 |

Fonte: VARSANO et al. (1998), com atualização dos dados para 1997 até 2004 e/ estimativa preliminar

Tabela A8:
Distribuição Federativa da Receita Disponível
% do PIB

| ANO | TOTAL | | | |
|-------|-------|-------|---------|------------|
| | | UNIÃO | ESTADOS | MUNICÍPIOS |
| 1960 | 17,4 | 10,4 | 5,9 | 1,1 |
| 1965 | 19,0 | 10,4 | 6,7 | 1,9 |
| 1970 | 26,0 | 15,8 | 7,6 | 2,6 |
| 1971 | 25,3 | 15,9 | 6,9 | 2,5 |
| 1972 | 26,0 | 16,6 | 7,0 | 2,4 |
| 1973 | 25,0 | 16,2 | 6,6 | 2,3 |
| 1974 | 25,1 | 16,6 | 6,3 | 2,1 |
| 1975 | 25,2 | 17,1 | 5,9 | 2,2 |
| 1976 | 25,1 | 17,1 | 5,8 | 2,2 |
| 1977 | 25,6 | 17,7 | 5,7 | 2,2 |
| 1978 | 25,7 | 17,5 | 6,0 | 2,2 |
| 1979 | 24,7 | 16,8 | 5,6 | 2,3 |
| 1980 | 24,5 | 16,7 | 5,7 | 2,1 |
| 1981 | 25,3 | 17,3 | 5,6 | 2,4 |
| 1982 | 26,3 | 18,2 | 5,8 | 2,3 |
| 1983 | 27,0 | 18,8 | 5,7 | 2,4 |
| 1984 | 24,3 | 16,0 | 5,9 | 2,5 |
| 1985 | 24,1 | 15,1 | 6,3 | 2,7 |
| 1986 | 26,2 | 15,9 | 7,1 | 3,2 |
| 1987 | 23,8 | 15,2 | 5,5 | 3,0 |
| 1988 | 22,4 | 14,0 | 6,0 | 2,4 |
| 1989 | 24,1 | 14,7 | 6,0 | 3,4 |
| 1990 | 28,8 | 17,0 | 7,9 | 3,9 |
| 1991 | 25,2 | 13,8 | 7,5 | 4,0 |
| 1992 | 25,0 | 14,2 | 7,0 | 3,7 |
| 1993 | 25,8 | 14,9 | 6,8 | 4,1 |
| 1994 | 29,8 | 17,6 | 7,5 | 4,6 |
| 1995 | 29,4 | 16,5 | 8,0 | 4,9 |
| 1996 | 29,1 | 16,3 | 8,0 | 4,7 |
| 1997 | 29,6 | 16,6 | 8,2 | 4,8 |
| 1998 | 29,6 | 16,7 | 7,9 | 5,1 |
| 1999 | 31,7 | 18,1 | 8,2 | 5,4 |
| 2000 | 32,7 | 18,5 | 8,6 | 5,5 |
| 2001 | 34,1 | 19,6 | 8,9 | 5,7 |
| 2002 | 35,6 | 20,7 | 9,1 | 5,9 |
| 2003 | 35,8 | 21,2 | 8,9 | 5,8 |
| 2004e | 37,6 | 22,5 | 9,2 | 6,0 |

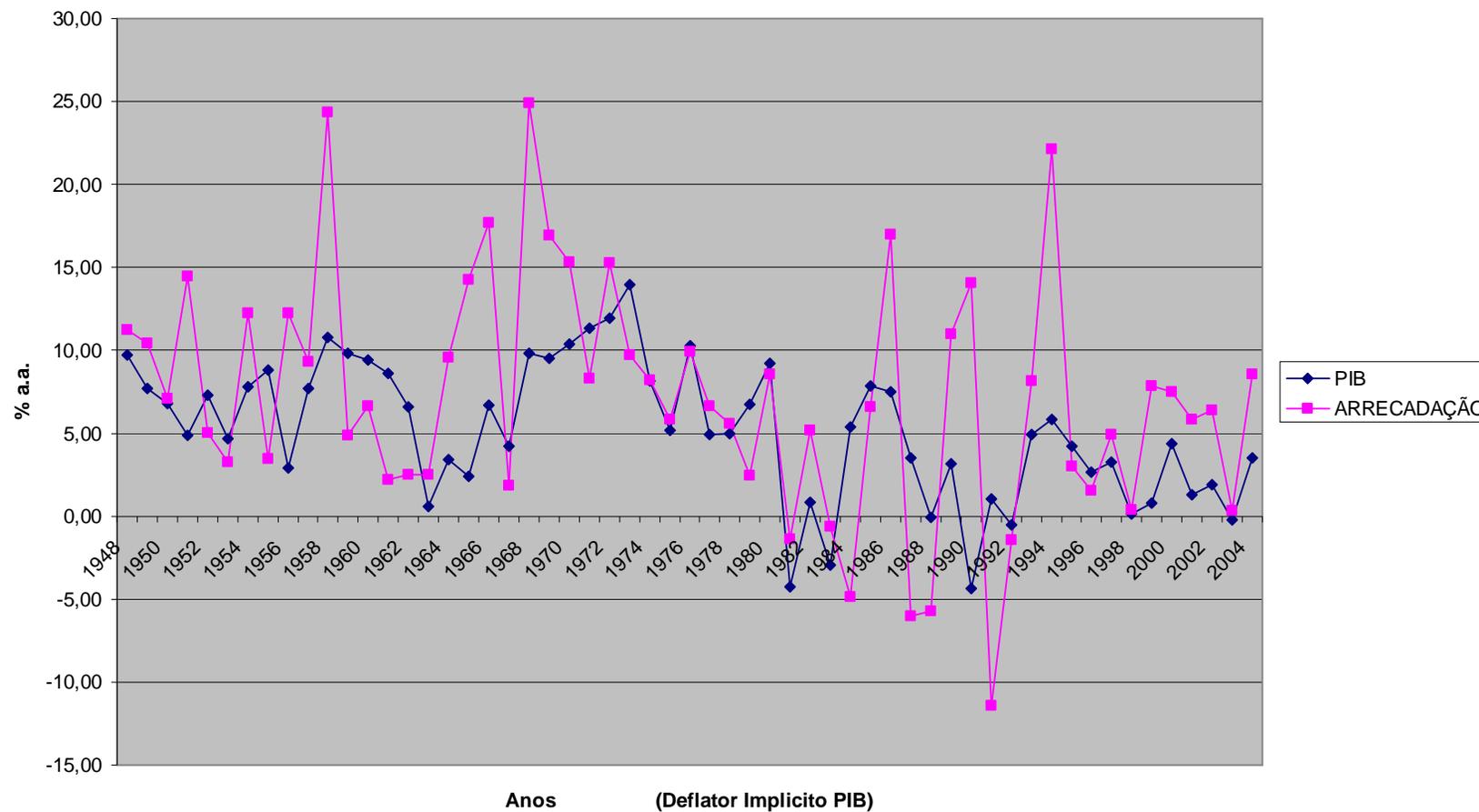
Fonte: VARSANO et al. (1998), com atualização dos dados para 1997 até 2004 e/ estimativa preliminar

Tabela A9:
Distribuição Federativa da Receita Disponível
% do Total

| ANO | TOTAL | | | |
|-------|-------|-------|---------|------------|
| | | UNIÃO | ESTADOS | MUNICÍPIOS |
| 1960 | 100,0 | 59,5 | 34,1 | 6,4 |
| 1965 | 100,0 | 54,8 | 35,1 | 10,1 |
| 1970 | 100,0 | 60,8 | 29,2 | 10,0 |
| 1971 | 100,0 | 62,8 | 27,3 | 9,9 |
| 1972 | 100,0 | 63,8 | 26,9 | 9,2 |
| 1973 | 100,0 | 64,5 | 26,3 | 9,2 |
| 1974 | 100,0 | 66,4 | 25,2 | 8,4 |
| 1975 | 100,0 | 68,0 | 23,3 | 8,7 |
| 1976 | 100,0 | 68,1 | 23,1 | 8,8 |
| 1977 | 100,0 | 69,1 | 22,3 | 8,6 |
| 1978 | 100,0 | 68,1 | 23,3 | 8,6 |
| 1979 | 100,0 | 68,0 | 22,7 | 9,3 |
| 1980 | 100,0 | 68,2 | 23,3 | 8,6 |
| 1981 | 100,0 | 68,4 | 22,3 | 9,3 |
| 1982 | 100,0 | 69,0 | 22,1 | 8,9 |
| 1983 | 100,0 | 69,8 | 21,3 | 8,9 |
| 1984 | 100,0 | 65,8 | 24,1 | 10,1 |
| 1985 | 100,0 | 62,7 | 26,2 | 11,1 |
| 1986 | 100,0 | 60,9 | 27,0 | 12,1 |
| 1987 | 100,0 | 64,1 | 23,3 | 12,6 |
| 1988 | 100,0 | 62,3 | 26,9 | 10,8 |
| 1989 | 100,0 | 61,1 | 25,0 | 13,9 |
| 1990 | 100,0 | 58,9 | 27,6 | 13,5 |
| 1991 | 100,0 | 54,6 | 29,6 | 15,7 |
| 1992 | 100,0 | 56,9 | 28,1 | 14,9 |
| 1993 | 100,0 | 57,8 | 26,4 | 15,8 |
| 1994 | 100,0 | 59,3 | 25,1 | 15,6 |
| 1995 | 100,0 | 56,2 | 27,2 | 16,6 |
| 1996 | 100,0 | 56,0 | 27,6 | 16,3 |
| 1997 | 100,0 | 56,2 | 27,7 | 16,1 |
| 1998 | 100,0 | 56,2 | 26,6 | 17,2 |
| 1999 | 100,0 | 57,0 | 26,0 | 17,0 |
| 2000 | 100,0 | 56,7 | 26,4 | 16,9 |
| 2001 | 100,0 | 57,4 | 25,9 | 16,7 |
| 2002 | 100,0 | 58,0 | 25,4 | 16,6 |
| 2003 | 100,0 | 59,0 | 24,9 | 16,1 |
| 2004e | 100,0 | 59,8 | 24,3 | 15,9 |

Fonte: VARSANO et al. (1998), com atualização dos dados para 1997 até 2004 e/ estimativa preliminar

CRESCIMENTO REAL ANUAL 1948-2004



PIB (preços 2002) - Anual - R\$ valor real(mil)

Fonte: IpeaData

| Data | PIB | | CARGA | | |
|------|---------------|--------|--------|--------------|--------|
| | R\$ mil 2002 | %Anual | % PIB | R\$ mil 2002 | %Anual |
| 1947 | 78.936.420 | 2,40 | 13,84% | 10.922.855 | ... |
| 1948 | 86.593.253 | 9,70 | 14,03% | 12.149.777 | 11,23 |
| 1949 | 93.260.934 | 7,70 | 14,39% | 13.416.620 | 10,43 |
| 1950 | 99.602.677 | 6,80 | 14,42% | 14.365.431 | 7,07 |
| 1951 | 104.483.208 | 4,90 | 15,74% | 16.445.322 | 14,48 |
| 1952 | 112.110.483 | 7,30 | 15,41% | 17.272.995 | 5,03 |
| 1953 | 117.379.675 | 4,70 | 15,20% | 17.840.751 | 3,29 |
| 1954 | 126.535.290 | 7,80 | 15,82% | 20.020.929 | 12,22 |
| 1955 | 137.670.396 | 8,80 | 15,05% | 20.717.308 | 3,48 |
| 1956 | 141.662.837 | 2,90 | 16,42% | 23.254.790 | 12,25 |
| 1957 | 152.570.875 | 7,70 | 16,66% | 25.422.374 | 9,32 |
| 1958 | 169.048.530 | 10,80 | 18,70% | 31.613.706 | 24,35 |
| 1959 | 185.615.286 | 9,80 | 17,86% | 33.152.446 | 4,87 |
| 1960 | 203.063.123 | 9,40 | 17,41% | 35.360.266 | 6,66 |
| 1961 | 220.526.551 | 8,60 | 16,38% | 36.130.371 | 2,18 |
| 1962 | 235.081.304 | 6,60 | 15,76% | 37.037.245 | 2,51 |
| 1963 | 236.491.792 | 0,60 | 16,05% | 37.965.492 | 2,51 |
| 1964 | 244.532.513 | 3,40 | 17,02% | 41.607.729 | 9,59 |
| 1965 | 250.401.293 | 2,40 | 18,99% | 47.545.479 | 14,27 |
| 1966 | 267.178.179 | 6,70 | 20,95% | 55.966.023 | 17,71 |
| 1967 | 278.399.663 | 4,20 | 20,47% | 56.997.307 | 1,84 |
| 1968 | 305.682.830 | 9,80 | 23,29% | 71.195.026 | 24,91 |
| 1969 | 334.722.699 | 9,50 | 24,87% | 83.249.121 | 16,93 |
| 1970 | 369.533.859 | 10,40 | 25,98% | 95.995.168 | 15,31 |
| 1971 | 411.449.797 | 11,34 | 25,26% | 103.947.194 | 8,28 |
| 1972 | 460.578.335 | 11,94 | 26,01% | 119.814.146 | 15,26 |
| 1973 | 524.915.241 | 13,97 | 25,05% | 131.469.239 | 9,73 |
| 1974 | 567.716.508 | 8,15 | 25,05% | 142.238.428 | 8,19 |
| 1975 | 597.048.428 | 5,17 | 25,22% | 150.546.412 | 5,84 |
| 1976 | 658.288.458 | 10,26 | 25,14% | 165.493.718 | 9,93 |
| 1977 | 690.770.571 | 4,93 | 25,55% | 176.491.881 | 6,65 |
| 1978 | 725.101.161 | 4,97 | 25,70% | 186.350.998 | 5,59 |
| 1979 | 774.114.810 | 6,76 | 24,66% | 190.896.712 | 2,44 |
| 1980 | 845.333.373 | 9,20 | 24,52% | 207.275.743 | 8,58 |
| 1981 | 809.406.704 | -4,25 | 25,25% | 204.375.193 | -1,40 |
| 1982 | 816.124.780 | 0,83 | 26,34% | 214.967.267 | 5,18 |
| 1983 | 792.212.324 | -2,93 | 26,97% | 213.659.664 | -0,61 |
| 1984 | 834.991.789 | 5,40 | 24,34% | 203.237.002 | -4,88 |
| 1985 | 900.538.645 | 7,85 | 24,06% | 216.669.598 | 6,61 |
| 1986 | 967.988.989 | 7,49 | 26,19% | 253.516.316 | 17,01 |
| 1987 | 1.002.159.001 | 3,53 | 23,77% | 238.213.194 | -6,04 |
| 1988 | 1.001.557.705 | -0,06 | 22,43% | 224.649.393 | -5,69 |
| 1989 | 1.033.206.929 | 3,16 | 24,13% | 249.312.832 | 10,98 |
| 1990 | 988.262.427 | -4,35 | 28,78% | 284.421.927 | 14,08 |
| 1991 | 998.463.169 | 1,03 | 25,24% | 252.012.104 | -11,39 |
| 1992 | 993.030.810 | -0,54 | 25,01% | 248.357.006 | -1,45 |
| 1993 | 1.041.934.499 | 4,92 | 25,78% | 268.610.714 | 8,16 |
| 1994 | 1.102.917.575 | 5,85 | 29,75% | 328.117.978 | 22,15 |
| 1995 | 1.149.502.537 | 4,22 | 29,41% | 338.068.696 | 3,03 |
| 1996 | 1.180.063.093 | 2,66 | 29,09% | 343.277.033 | 1,54 |
| 1997 | 1.218.667.546 | 3,27 | 29,56% | 360.235.961 | 4,94 |
| 1998 | 1.220.275.166 | 0,13 | 29,64% | 361.708.729 | 0,41 |
| 1999 | 1.229.860.109 | 0,79 | 31,71% | 390.032.420 | 7,83 |
| 2000 | 1.283.490.222 | 4,36 | 32,67% | 419.355.757 | 7,52 |
| 2001 | 1.198.736.188 | 1,31 | 34,14% | 443.857.269 | 5,85 |
| 2002 | 1.346.027.553 | 1,90 | 35,65% | 476.084.780 | 6,41 |
| 2003 | 1.514.924.000 | -0,20 | 35,85% | 476.084.780 | 0,35 |
| 2004 | 1.670.300.000 | 3,50 | 37,60% | 476.084.780 | 8,58 |



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

N E P P

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Av. Albert Einstein, 1300

Campinas - SP - Brasil

CEP. 13083-852

TEL: (019) 3788-2495 / 3788-2496 / 3289-3901 / 3289-3143

FAX: (019) 3289-4519

Caixa Postal - 6166

E-mail: nucleo@nepp.unicamp.br

Homepage: www.nepp.unicamp.br